



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0009162-62.2022.6.05.8000  
**INTERESSADO** : SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
**ASSUNTO** : Análise de regularidade da licitação

**PARECER nº 43 / 2022 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para *contratação de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP), com VOZ e DADOS Banda Larga com tecnologia 4G/GSM (Sistema Global para Comunicações Móveis) ou de tecnologia superior, com habilitação de linhas móveis e fornecimento de chips*, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 33/2022 (doc. n.º 1980730).

Observa-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna da presente licitação, conforme registrado na decisão da autoridade administrativa que autorizou a abertura do certame (doc. n.º 1970292).

No documento n.º 1975922, consta designação de Pregoeiro e equipe de apoio nomeados por meio da Portaria 45/2020 (doc. n.º 1980737).

Verifica-se publicação do edital no Portal de Compras do Governo Federal e no DOU (docs. n.ºs 1980740 e 1980743).

Houve pedido de esclarecimento pela empresa CLARO S/A, o qual foi recepcionado como impugnação ao edital, diante do teor do aludido documento (doc. n.º 1990209).

Instada, a ASJUR se pronunciou por meio do Parecer n.º 465/2022 (doc. n.º 1990520), opinando pela rejeição da Impugnação apresentado e, consequentemente, pela manutenção integral do edital do Pregão nº 33/2022.

Com base no referido opinativo, a autoridade administrativa negou provimento à impugnação e determinou o prosseguimento do certame (doc. n.º 1992480).

Houve notificação da empresa acerca da decisão proferida, bem como publicação do mencionando ato (docs. n.ºs 1993397 e 1993402).

Registra-se, ainda, apresentação de pedido de esclarecimento pela empresa TIM S/A (doc. n.º 1993395), que foi respondido pela unidade demandante.

Aberta a sessão pública, consoante ata anexada (doc. n.º 1999920), observa-se que apenas a empresa CLARO.S.A participou do certame.

Após negociação de preços e confirmação quanto ao atendimento da proposta, a referida empresa foi declarada vencedora dos itens 1 e 3, tendo sido fracassada a licitação para os itens 2, 4, 5, 6, 7 e 8, em razão dos preços excessivos.

Ato contínuo procedeu-se à habilitação da referida licitante, juntando-se a documentação comprobatória (doc. n.º 2000021).

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação.

Deste modo, constata-se a regularidade de todo o procedimento, que se encontra apto à homologação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração proceder à convocação da empresa vencedora para celebração do ajuste em relação aos itens 1 e 3, nos termos do art. 4º, XXII, da Lei n.º 10.520/02, art.13, VI e VII, e art. 48,

do Decreto n.º 10.024/2019, bem como reconhecimento de declaração fracassada relativamente aos itens 2, 4, 5, 6, 7 e 8, de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatório Final do Pregão (docs. n.ºs 1999920, 2000585, 1999927 e 2000689).

Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8666/93.

À consideração superior.

**Maria Regina Ribeiro Santana**

Analista Judiciário/ASSESD

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**Ronildo Dantas**

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 13/07/2022, às 17:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 13/07/2022, às 18:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2004621** e o código CRC **96B55A52**.